

**Concurso Público para provimento de vagas de
Consultor Técnico-Legislativo
Categoria Assistente Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C14', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1º parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1º parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2º parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2º parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3º parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
-

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.
-



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:

- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
- (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
- (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
- (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
- (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:

- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
- (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
- (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
- (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
- (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
- (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
- (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.

28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias

- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
- (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
- (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
- (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
- (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act
115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced → Passed Senate → Passed House → To President → Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Em referência aos pactos de aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, considere as assertivas abaixo:
- I. O pacto de aprimoramento do SUAS é firmado entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
 - II. É o instrumento pelo qual se estabelecem as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS, constituindo-se como um mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
 - III. O pacto compreende definição de recursos municipais.
 - IV. O pacto define a adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação.
 - V. O apoio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para o alcance das metas pactuadas faz parte do pacto de aprimoramento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e V, apenas.
 - (B) II, IV e V, apenas.
 - (C) III, IV e V, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) II e IV, apenas.
-
32. O método de intervenção adotado pelo Serviço Social, no momento inicial da profissão,
- (A) enfatizava a abordagem individual e a atividade reformadora do caráter.
 - (B) caracterizava-se pela linha psicológica e psicanalítica.
 - (C) era o da Ação Católica e se estruturava a partir de círculos de estudos.
 - (D) orientava-se pela observação sensível, o diagnóstico e a formação ética e moral.
 - (E) era o de Caso, Grupo e Comunidade, trazido pelo intercâmbio de bolsistas entre os países europeus e norte-americanos.
-
33. No atual cenário da profissão no Brasil, alguns traços, acontecimentos e dados, expressam histórias, concepções, construções, marcas, legados e referências que conformaram e conformam as tendências e desafios históricos dos/das assistentes sociais. Assim, o Serviço Social avançou significativamente
- (A) nas articulações e nas cooperações internacionais junto à Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ALAEITS e Federação Internacional de Trabalhadores Sociais – FITS.
 - (B) no protagonismo das entidades representativas da categoria profissional, a saber: CFESS/CRESS, ABESS, ENESSO e CAPES.
 - (C) na retificação do Currículo Mínimo de 1982, da ABEPSS, introduzindo a indissociabilidade entre trabalho e questão social.
 - (D) na discussão sobre a realização e efetivação dos mestrados profissionais em Serviço Social.
 - (E) no seu *ethos* profissional, centrado na formação acadêmica.

-
34. No que se refere ao projeto ético-político do/da assistente social na contemporaneidade, considere as assertivas abaixo.
- I. O neoconservadorismo constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político.
 - II. Novos paradigmas se apresentam como compatíveis e necessários complementos para o avanço do projeto ético-político, quais sejam: o ecletismo, o relativismo e o empirismo.
 - III. A influência neoconservadora e a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam podem trazer uma inflexão na atual direção social da profissão.
 - IV. O projeto ético-político e a ética são sinônimos, constituindo um *ethos* profissional.
 - V. A teleologia posta no projeto ético-político do/da assistente social pressupõe a conquista de uma outra sociabilidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II e V.
- (E) III e IV.



35. O debate sobre a relação entre a instrumentalidade profissional e as concepções dos projetos ainda postos para a categoria profissional, remete a formas diferenciadas de compreendê-la. Nesse sentido, esses projetos são classificados como:

1 o hegemônico pela razão instrumental e com a razão formal-abstrata; e

2 o aportado nos fundamentos marxistas e na razão dialética.

.....Norteia-se pela relação meios e fins carregados de intencionalidade.

.....Garante a visão formalista da profissão e se expressa por modelos, metodologias apriorísticas, por tipologias e pautas de como fazer.

.....A profissão é concebida como uma técnica social, podendo ser considerada, no máximo, uma ciência social aplicada.

.....Só pode ocorrer da ruptura com o entendimento da centralidade de instrumentais e técnicas profissionais, o que não significa negar sua importância.

.....Estabelece uma ruptura entre teoria/prática e pesquisa.

A correta correlação está:

(A) 1 – 1 – 2 – 2 – 1

(B) 2 – 1 – 1 – 1 – 2

(C) 1 – 2 – 1 – 2 – 1

(D) 2 – 2 – 1 – 1 – 1

(E) 2 – 1 – 1 – 2 – 1

36. A prática profissional requer diferentes tipos de conhecimentos constitutivos das dimensões da profissão, que se articulam e se complementam, formando uma unidade na diversidade. Dessa unidade pode ser assegurada a

(A) resistência ao pensamento conservador, tecnicista e modernizador, tanto no âmbito da pesquisa, como no da formação e no do exercício profissional.

(B) efetividade da função ideopolítica da profissão à esquerda marxista, sem prejuízo às requisições institucionais.

(C) produção de conhecimento relacionada às demandas imediatas que lhe foram e são postas.

(D) sistematização de uma intervenção técnica, sincrética, pragmática e indiferenciada.

(E) existência da hierarquia ou dicotomias na relação entre a produção de conhecimentos e o exercício profissional.

37. Nos dias de hoje, a intervenção no campo das políticas sociais constitui o principal espaço de atuação profissional do/da assistente social, existindo uma relação visceral entre as políticas sociais e o Serviço Social, desde a inserção da profissão no mercado de trabalho. Frente à essa relação, considere as assertivas abaixo.

I. Nas últimas três décadas, a perspectiva estrutural-reformista, firmou o Serviço Social como fundamental campo de reflexão, formulação e teorização crítica sobre a política social na sociabilidade capitalista.

II. No contexto do desenvolvimentismo, a intervenção profissional, junto às políticas sociais, entendia que os problemas sociais deveriam ser enfrentados com estratégias sistemáticas, técnicas, metódicas e anômicas.

III. No período da ditadura civil-militar os/as assistentes sociais aderiram à visão tecnocrática dada às políticas sociais.

IV. A precarização e a intensificação do trabalho do/da assistente social é uma realidade em praticamente todas as áreas de atuação profissional, em decorrência da sistematização das políticas sociais.

V. As incidências conservadoras que remodelam a atuação do Serviço Social nas políticas sociais podem fazer retroceder as conquistas históricas alcançadas nos últimos anos.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) I, III e V.

(C) II, III e IV.

(D) II, III e V.

(E) III e V.



38. No Código de Ética do/da assistente social, em seus vários Títulos e Capítulos estão postas as condutas, procedimentos e ações que são vedados aos profissionais, tanto no que tange aos direitos e responsabilidades gerais, quanto às relações profissionais com usuários, outras profissões, instituições empregadoras e com a Justiça. Assim, é VEDADO ao profissional
- (A) assinar ou publicar em seu nome trabalhos de pesquisa executados em seu campo de atuação profissional.
 - (B) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.
 - (C) garantir o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham a favorecer aqueles que buscam o atendimento de seus direitos, privilegiando os que mais merecem.
 - (D) revelar sigilo profissional, salvo quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, oferecendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
 - (E) depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

39. Considerando a histórica participação de assistentes sociais na composição de equipe multiprofissional, ratificada no denominado processo transexualizador, regulado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.803/2013, a Resolução nº 845/2018, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, dispõe sobre a atuação profissional do/a assistente social em relação ao mesmo. Nesse sentido é correto afirmar que os/as assistentes sociais devem
- (A) pautar-se pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades das(os) usuárias(os) e o atendimento a seus direitos tendo em vista que esse acompanhamento deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos.
 - (B) utilizar-se de instrumentos e técnicas específicos para o atendimento à população trans, criando mecanismos que resgatem a sua autoestima.
 - (C) emitir, quando pertinente, opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais.
 - (D) prestar acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero, visto que se encontram em conflitos pessoais e sociais, dada a sua situação atípica.
 - (E) militar, em todas as esferas da vida cotidiana, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

40. A Resolução nº 657/2013, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, instituiu o Código Processual Disciplinar, para apuração e responsabilização das violações previstas no Artigo 22 do Código de Ética, exceto alínea “c” da Resolução CFESS de nº 273/1993. Assim, o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS é competente para apuração e responsabilização das violações disciplinares, em primeira instância administrativa, em relação às alíneas do artigo 22, do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, exceto em relação à alínea “c”, cujo procedimento é regulado por resolução específica. No que tange ao Código Processual Disciplinar, considere as assertivas abaixo.
- I. Não cumprir no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade competente, em matéria destes, depois de regularmente notificado/a é uma infração disciplinar passível de ser apurada pelo Código Processual Disciplinar.
 - II. O Código Processual Disciplinar estabelece procedimentos frente à infração disciplinar quando o/a assistente social deixa de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a.
 - III. A representação, denúncia ou queixa de iniciativa de qualquer interessado/a ou *ex-officio* deverá ser apresentado mediante documento escrito e assinado pelo/a denunciante, contendo: nome e qualificação do/a denunciante; nome e qualificação do/a denunciado/a; descrição circunstanciada do fato, incluindo local, data ou período e nome de pessoas, profissionais e instituições envolvidas; prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria e, indicação dos meios de prova de que pretende se valer para provar o alegado.
 - IV. As únicas penalidades a serem aplicadas às infrações disciplinares são: multa; advertência pública, suspensão do exercício profissional por até 30 dias; e cassação do exercício profissional.
 - V. Em caso de não comparecimento injustificado do/a profissional a pena de advertência reservada será automaticamente convertida em pena de multa no valor de cinco anuidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) I, II, III e IV.



41. Na história da profissão, em razão da sua própria natureza, o debate sobre a dimensão técnico-operativa e as concepções sobre seus instrumentos e técnicas, sempre esteve em evidência. Nesse sentido, considere as assertivas abaixo.
- I. Aplicar os meios requer conhecer os instrumentos, ter habilidades para utilizá-los, capacidade para criá-los e escolher os mais adequados às finalidades postas.
 - II. A teoria não oferece os instrumentos e técnicas de intervenção propriamente ditos, mas oferece subsídios para que eles sejam escolhidos, criados e utilizados.
 - III. A dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética.
 - IV. A articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser encaradas separadamente.
 - V. Os instrumentos e técnicas são os únicos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa e expressam as demais dimensões da profissão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

42. Frente aos instrumentos técnico-operativos para sistematização do trabalho do/da assistente social, considere as assertivas abaixo.
- I. O estudo social, a perícia social, o laudo social e o parecer social fazem parte da metodologia de trabalho de domínio específico e exclusivo do/a assistente social.
 - II. A perícia social trata-se de um estudo e parecer cuja finalidade é subsidiar uma decisão.
 - III. O parecer social é um documento fundamentado na área de conhecimento do serviço social, decorrente da perícia.
 - IV. O relatório social é uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção do/da assistente social.
 - V. O laudo social é uma avaliação teórica e técnica realizada pelo profissional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I e II.

43. O Serviço Social surgiu legalmente na Previdência Social através da Portaria nº 25 de 1944, do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, na expansão previdenciária dos IAPs, vivenciando desde então vários momentos, tanto no que tange as respostas às demandas institucionais da própria profissão, quanto da dinâmica da sociedade. Fazendo uma retrospectiva histórica sobre a trajetória do Serviço Social na Previdência Social,
- (A) na sua criação teve sua atuação marcada com o discurso de humanização das grandes máquinas burocráticas, cujos objetivos profissionais identificavam-se com os objetivos institucionais.
 - (B) a prática de ação profissional, expressou-se através do Plano Básico de Ação-PBA, 1972, cuja diretriz fundamental era desenvolver programas de planejamento, supervisão e execução de reabilitação.
 - (C) a elaboração do segundo Plano Básico de Ação-PBA – 1978, já foi calcado na matriz teórico-metodológica do materialismo histórico.
 - (D) as demandas sociais impostas pela dinâmica da sociedade contribuíram para uma prática profissional tradicional, burocratizada, a-histórica baseada no senso comum, alicerçada numa ausência de reciclagem e supervisão profissional.
 - (E) a ação prioritária do Serviço Social está voltada hoje para assegurar os benefícios, a reabilitação para o trabalho e a reinclusão na sociedade.



44. A formulação de projetos que materializam o trabalho a ser desenvolvido pelos/as assistentes sociais é um dos grandes desafios vivenciados pela profissão ainda hoje. O/a assistente social deve identificar o que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida. Considerando a formulação do projeto de intervenção profissional, considere as assertivas abaixo.
- I. Há sempre uma margem de autonomia nos processos de trabalho em que os/as assistentes sociais estão envolvidos, o que lhes permite desenvolver atividades comprometidas com todos os interesses sociais presentes nos espaços sócio-ocupacionais.
 - II. É preciso destacar que, do ponto de vista jurídico-legal, os instrumentos fundamentais que dão o aporte para o projeto de intervenção profissional são: a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, o Código de Ética de 1993, que define as competências e os valores éticos norteadores do trabalho profissional, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social e todas as Legislações pertinentes às políticas de proteção social.
 - III. O trabalho do/da assistente social se coloca na tensão direta entre trabalho e capital, e caso esta relação não esteja clara, corre o risco de produzir um conhecimento e intervenção pragmáticos, descritivos, desconectados da sociedade e com as condições para a culpabilização individual de sujeitos, famílias e grupos sobre as mazelas produzidas pela sociedade capitalista.
 - IV. O projeto de trabalho deve compor as normas de regulação instituída, ser um elemento presente nas negociações, no espaço sócio-ocupacional.
 - V. Um elemento fundamental e essencial a todo projeto diz respeito à filiação teórica com a qual é construído o projeto de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) II, III e V.
 - (E) III, IV e V.
-
45. As motivações morais e éticas dos homens são elementos determinantes nas escolhas dos meios possíveis na efetivação do fim, visto ser de seu âmbito estabelecer o que é ou não adequado, justo ou reprovável. Assim, essas motivações se apresentam como
- (A) constitutivos da ação humana.
 - (B) autoconsciência a base da imanência moral.
 - (C) supressões do humano genérico.
 - (D) momentos reais do ser social.
 - (E) mediações da consciência social.
-
46. A partir dos anos 1970 a doutrina neoliberal, defensora do livre mercado e da ação mínima estatal sobre a economia passa a ser adotada por diversos países. Essa nova ordem econômica repercute na profissão, uma vez que o/a assistente social atua como implementador de políticas sociais, seja na esfera pública ou no setor privado, e estas tendem a diminuir com o avanço neoliberal. Nesse cenário, entre outras formas de contratação, o/a assistente social torna-se um trabalhador contratado como
- (A) empresa unipessoal.
 - (B) empresa multiprofissional.
 - (C) concursado estatutário.
 - (D) concursado em regime CLT.
 - (E) concursado em regime temporário.
-
47. Ao analisar uma determinada conjuntura, o/a assistente social, deve ir além do aparente e buscar as causas de um determinado evento/fenômeno. Na última década o país transitou de governos com alianças com a burguesia com vistas a ações de redução da pobreza e da miséria no Brasil, para um processo de restauração conservadora dos interesses do capital em detrimento do pacto social-liberal. Essa transição recente de projetos políticos reflete tanto nas relações cotidianas, quanto nos espaços sócio-ocupacionais do/da assistente social, uma vez que há, entre outros aspectos,
- (A) diminuição de participação da mulher.
 - (B) branqueamento do poder.
 - (C) maior distribuição das receitas públicas.
 - (D) ampliação do orçamento para políticas sociais.
 - (E) controle dos gastos públicos.
-
48. Na sociedade contemporânea diferentes atores sociais têm exercido protagonismo em inúmeras frentes de atuação para pressionar o Estado a incluir na agenda pública temas emergentes para diversos segmentos da sociedade. Por vezes confundem-se os papéis das organizações não governamentais, com os desenvolvidos pelos movimentos sociais. A atuação deste ator social se caracteriza
- (A) por uma atuação desvinculada do controle social.
 - (B) pela ligação com poder público setorial.
 - (C) por atuar pelo reconhecimento da unicidade cultural.
 - (D) pela fundamentação de projeto de classe.
 - (E) pelas parcerias com outras entidades da sociedade civil e política.



49. A Constituição Federal de 1988 institui o Sistema Único de Saúde como responsável pela oferta da atenção em saúde integral, universal e gratuita a todo cidadão brasileiro. A Atenção Domiciliar é prevista pela Rede de Atenção à Saúde, e se caracteriza pelo atendimento domiciliar de promoção à saúde, além de evitar a hospitalização desnecessária, bem como a diminuição do risco de infecção. A equipe multiprofissional deste serviço é composta, prioritariamente, por
- (A) nutricionista, educador físico e psicólogo.
 - (B) fonoaudiólogo, enfermeiro e médico.
 - (C) médico, fisioterapeuta e assistente social.
 - (D) técnico em enfermagem, odontólogo e terapeuta ocupacional.
 - (E) musicoterapeuta, fonoaudiólogo e enfermeiro.
-
50. O Benefício de Prestação Continuada – BPC, garante um salário mínimo mensal a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência que comprovem não dispor de meios para prover a manutenção de sua vida, e tampouco tê-la provida pela própria família. A pessoa com deficiência pode atuar como aprendiz e não haverá suspensão do benefício desde que o recebimento concomitante não ultrapasse
- (A) um ano.
 - (B) um ano e seis meses.
 - (C) dois anos.
 - (D) dois anos e seis meses.
 - (E) três anos.
-
51. A atualização da Lei Orgânica de Assistência Social, por meio da Lei nº 12.435/2011, considera como entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos, aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários, e também aquelas que atuam para defesa e garantia de direitos. Sendo assim, uma organização sem fins lucrativos de assessoramento é aquela que atua para
- (A) a gestão da política de assistência social.
 - (B) a execução de projeto social.
 - (C) a articulação junto à outros órgãos públicos.
 - (D) a promoção da cidadania dos usuários da política.
 - (E) o fortalecimento dos movimentos sociais.
-
52. O planejamento envolve diferentes instrumentos, entre eles o controle como a fase responsável pela sistematização, mensuração e registro das atividades em execução. Este instrumento é classificado entre desempenho técnico e desempenho administrativo. Esses desempenhos são, respectivamente,
- (A) prazos e rotina.
 - (B) método e técnica.
 - (C) instrumental e fluxos.
 - (D) aplicação e equipamentos.
 - (E) despesas e lucro.
-
53. A Gestão de Pessoas define os colaboradores de uma organização como detentores de conhecimentos e habilidades mentais, e não como meio de produção ou recurso organizacional. Essa nova perspectiva se contrapõe a antiga atribuição do/da assistente social na área como responsável
- (A) em implementar programas de qualidade total.
 - (B) pelo desenvolvimento de ações de responsabilidade social.
 - (C) pelos processos de inclusão produtiva da empresa.
 - (D) por desenvolver um comportamento produtivo da força de trabalho.
 - (E) por executar ações de qualidade de vida do trabalhador.
-
54. O Conselho Nacional de Saúde – CNS foi instituído na década de 1930 e com a criação do SUS foram definidas atribuições legais para formulação, acompanhamento e fiscalização da política de saúde no país. De acordo com a legislação em vigor, o CNS é constituído por 50% de conselheiros de
- (A) entidades e movimentos representativos de usuários.
 - (B) entidades representativas dos trabalhadores da área da saúde.
 - (C) representantes das três esferas de governo.
 - (D) representantes de prestadoras de serviços privados conveniados.
 - (E) representantes das três esferas de governo e prestadoras de serviços privados sem fins lucrativos.



55. O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez nos casos de qualquer doença e acidente profissional ou do trabalho são concedidos a todo trabalhador filiado ao Regime Geral da Previdência Social. A revisão da lista específica de doenças e afecções elaborada pelo Ministério da Saúde e da Previdência Social é realizada a cada
- (A) semestre
 - (B) um ano.
 - (C) dois anos.
 - (D) três anos.
 - (E) quatro anos.
-
56. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, preconiza a promoção da melhoria das condições de saúde da população masculina adulta em todo território nacional. Dois dos cinco eixos temáticos desta política social são:
- (A) prevenção de violência e acidentes – paternidade e cuidado.
 - (B) doença sexualmente transmissível – doenças prevalentes em homens.
 - (C) saúde sexual e reprodutiva – saúde mental.
 - (D) acesso e acolhimento – atendimento etário.
 - (E) serviço especializado – acompanhamento médico.
-
57. A mediação de conflitos tem seu marco regulatório no novo Código de Processo Civil de 2015, e na Resolução do Conselho Nacional de Justiça de 2010. Para sua realização existem diferentes concepções teóricas e metodológicas desta prática, e a que se destaca pela coercibilidade e finalização do conflito é:
- (A) mediação.
 - (B) arbitragem.
 - (C) práticas autocompositivas inominadas.
 - (D) negociação.
 - (E) conciliação.
-
58. A qualidade de vida, o bem-estar físico e mental dos colaboradores são alguns dos objetivos da saúde ocupacional. Todavia, doenças ocupacionais podem ser adquiridas em diferentes ambientes de trabalho a partir de exposição imediata, ou após vários anos de exposição. Nesse sentido, a saúde ocupacional trabalha com o conceito de risco para prevenção de certas doenças. A alternativa que representa um risco ergonômico é:
- (A) monotonia e repetitividade na execução da tarefa.
 - (B) biológico, existente nos ambientes de trabalho.
 - (C) ataques por animais peçonhentos, domésticos e selvagens.
 - (D) exposição a ruídos, frio e calor no ambiente de trabalho.
 - (E) manuseio de máquinas e equipamentos sem proteção individual.
-
59. A Organização Internacional do Trabalho – OIT considera a proteção do trabalhador como um direito a ser garantido e preservado. O/A assistente social que atua na área da saúde do trabalhador recebe diversas demandas, visto que na contemporaneidade a saúde do trabalhador deve ser entendida para além da relação capital-trabalho, mas também na relação da saúde com o trabalho. Nesse sentido, o parecer social é instrumento técnico operativo que favorece uma leitura ampliada da situação de saúde do trabalhador pois
- (A) favorece conhecer a realidade do trabalhador, para elaboração dos projetos para atender as demandas dos usuários/trabalhadores.
 - (B) contribui para o apontamento de fatores contextuais que interferem como fatores contribuintes para a avaliação da incapacidade.
 - (C) é um instrumento facilitador e articulador para o desenvolvimento do trabalho do/da assistente social ao atendimento do trabalho.
 - (D) apresenta expressões da questão social subjetivas do trabalhador.
 - (E) analisa por meio da observação e do exame detalhado uma determinada questão exposta pelo trabalhador.
-
60. O acompanhamento familiar é composto por um conjunto de intervenções continuadas definidas entre as famílias e os profissionais no Plano de Acompanhamento Familiar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família visando o rompimento das situações de vulnerabilidades vivenciadas. De acordo com as orientações técnicas, essa metodologia pode ser executada de forma
- (A) particularizada para cada família, como também em grupos que vivem situações de vulnerabilidade similar.
 - (B) particularizada para cada família, e em grupo multiterritorial que vivem situações de vulnerabilidade.
 - (C) em grupo com similaridades nas situações de vulnerabilidade que vivem em territórios distintos, apenas.
 - (D) particularizada para cada família com atendimento em ações ainda não realizadas pelo grupo familiar.
 - (E) que o acompanhamento é executado a partir das escolhas metodológicas da equipe técnica.